

Notícias Federais

Assuntos Econômicos	3
<i>Armando Monteiro pede medidas urgentes de apoio à indústria</i>	3
<i>Senado aprova Medida Provisória 567</i>	3
<i>Deputado defende a inclusão de todas as microempresas no Supersimples</i>	5
<i>Minas e Energia rejeita programa de certificação do etanol</i>	5
Meio Ambiente	6
<i>Comissão Mista aprova parecer do relator à MPV 571/2012 – Código Florestal</i>	6
Infraestrutura	7
<i>Trabalho rejeita inversão das fases de licitação</i>	7
<i>Comissão aprova regras para construção e reforma de postos de gasolina</i>	7
<i>Comissão aprova incentivos para uso de energia alternativa em edifícios</i>	8
Tributos	9
<i>CNI reduz projeção para PIB de 2012 de 3% para 2,1%</i>	9
<i>Elevação do limite de compensação de prejuízo fiscal</i>	10
<i>Projeto isenta bicicletas da incidência de IPI</i>	10
Relações do Trabalho	11
<i>Trabalho aprova proibição de terceirização em atividade-fim de órgão público</i>	11
<i>Projeto regulamenta comissão de fábrica e cria alternativa à CLT</i>	11
<i>Para a CNI, desaceleração já afeta índice de emprego</i>	12
<i>Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social aprova extinção da cobrança do adicional de 10% do FGTS</i>	13
<i>Senado não vota extinção da contribuição adicional de 10% ao FGTS</i>	13

<i>Política Social</i>	14
<i>Comissão aprova proposta de meia-entrada para 40% do total de ingressos</i>	14

Notícias Estaduais

<i>Assuntos Econômicos</i>	15
<i>Leonardo Paranhos explica tramitação da PEC do Fumo</i>	15
<i>Meio Ambiente</i>	16
<i>Projetos que tratam do meio ambiente seguem para sanção governamental</i>	16
<i>Incineração de resíduos sólidos no Paraná poderá ser proibida por lei</i>	16
<i>Infraestrutura</i>	17
<i>Obras emergenciais e resgate do planejamento são prioridades para os portos paranaenses</i>	17
<i>Tributos</i>	18
<i>Corrupção é tema da nova fase do movimento A Sombra do Imposto</i>	18
<i>Deputados aprovam redução do ICMS do combustível para aviação</i>	20
<i>Questões Institucionais</i>	21
<i>Candidatos a prefeito visitam presidente da Fiep</i>	21
<i>Richa sanciona Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013</i>	21
<i>Rossoni afirma que primeiro semestre na Assembleia foi positivo</i>	22

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Armando Monteiro pede medidas urgentes de apoio à indústria

Em pronunciamento em Plenário, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) mostrou preocupação com a queda na competitividade da indústria brasileira e cobrou medidas urgentes para que o “patrimônio de décadas” do setor industrial não se perca diante da competição com outros países. O parlamentar citou entrevista do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, sobre a desaceleração da economia em que faz uma análise ampla da perda do dinamismo na indústria.

- Em função de uma série de avanços positivos da economia brasileira, começamos a experimentar uma apreciação da moeda, uma grande valorização do real, que foi comprometendo a competitividade da produção nacional. De outra parte, uma série de custos no Brasil se elevou extraordinariamente na última década – declarou.

Para o senador, as medidas pontuais de estímulo a setores da economia, lançadas pelo governo federal, não são suficientes diante da necessidade de uma “agenda mais estruturante” que estimule a inovação e simplifique o sistema tributário. Armando Monteiro ressaltou a urgência de tais medidas e apontou a responsabilidade do Poder Legislativo nesse debate.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que o Brasil esteja “engessado” e lamentou que a indústria perca espaço na economia do país. Ele cobrou determinação da presidente Dilma Rousseff para realizar as reformas necessárias.

Segurança pública: Armando Monteiro também defendeu projeto de lei de sua autoria (PLS 227/2012) que tem por objetivo aprimorar as políticas públicas de segurança. O projeto, explicou, institui o boletim de ocorrência único, que auxiliará no mapeamento dos crimes e melhorará o atendimento às vítimas de crimes. De acordo com a proposta, os militares das Forças Armadas e os guardas municipais também poderão fazer registros de ocorrências.

- A uniformização do processo permitirá significativa redução do tempo gasto no registro de ocorrência e impedirá que sejam desperdiçadas informações valiosas para a solução dos crimes. O B.O. deixará de ser função exclusiva do delegado de polícia – disse o senador.

Fonte: Agência Senado

Senado aprova Medida Provisória 567

O Senado Federal ratificou o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 567 que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados. A MP 567 estabelece novas regras para a remuneração da poupança.

O senador Delcídio Amaral (PT/MT) foi o relator revisor da MP na Comissão Mista e o deputado Henrique Fontana (PT/RS), relator. O Senado, assim como a Câmara, aprovou todas as inovações promovidas pela Comissão Mista na Medida Provisória que: estabelecem que o Banco Central do Brasil deve divulgar as taxas de remuneração dos depósitos de poupança resultantes da remuneração adicional, por juros, legalmente estabelecidas; modificam a Lei de Registros Públicos para estabelecer que, no registro de imóveis, deverá ser feito a averbação da substituição de

contrato de financiamento imobiliário e da respectiva transferência da garantia fiduciária ou hipotética, em ato único, à instituição financeira que venha a assumir a condição de credora em decorrência da portabilidade do financiamento para o qual fora constituída a garantia; alteram a Lei do Sistema Financeiro Imobiliário para instituir que, nos termos de resolução da propriedade fiduciária do imóvel, não será emitido o termo de quitação referente ao pagamento da dívida na quitação por meio de portabilidade do financiamento para outra instituição financeira - quanto à alienação fiduciária, compete a mera averbação da sua transferência; e determinam que o Conselho Monetário Nacional deve editar norma disciplinando o uso, pelas instituições financeiras, de código de identificação específico para as operações de portabilidade de crédito, bem como de meio eletrônico para sua efetivação.

A Medida Provisória estabelece que os depósitos efetuados a partir do dia 04/05/12, terão dois regimes de remuneração: a) 0,5% ao mês acrescido da Taxa Referencial (TR), desde que a meta da taxa Selic estabelecida pelo Banco Central seja superior a 8,5% ao ano; b) 70% da taxa Selic estabelecida pelo Banco Central, mensalizada, acrescida da TR, quando essa for igual ou inferior a 8,5% ao ano.

Saldo de depósitos de poupança: o saldo dos depósitos de poupança efetuados até a data de entrada em vigor desta MP será remunerado, em cada período de rendimento, pela Taxa Referencial - TR, relativa à data de seu aniversário, acrescida de juros de meio por cento ao mês.

Saldo Remanescente: o saldo remanescente somente será acrescido da remuneração que lhe for aplicável.

Saldos segregados: ficam as instituições financeiras obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir da data de entrada em vigor desta MP, o saldo dos depósitos de poupança. Manifestação do titular da conta: caso não haja manifestação formal em contrário pelo titular da conta, os saques em conta de poupança serão debitados: (I) inicialmente, do saldo dos depósitos efetuados a partir da data de entrada em vigor da MP, até seu esgotamento; e (II) em seguida, do saldo de depósitos quando efetivamente creditados em conta.

Demonstrativos de Movimentação da Conta: os demonstrativos de movimentação da conta de poupança evidenciarão ao titular da conta, de modo claro, preciso e de fácil entendimento, os saldos segregados. A instituição financeira deverá disponibilizar o primeiro demonstrativo no prazo de até trinta dias contados da data de entrada em vigor da MP.

Procedimento das Instituições Financeiras: As instituições financeiras deverão adotar procedimento interno que assegure remuneração e evolução corretas dos saldos dos depósitos de poupança sob sua responsabilidade, podendo o Banco Central requerer, a qualquer momento, informações sobre o procedimento adotado e sobre a remuneração e evolução dos referidos saldos.

A matéria segue para a sanção presidencial.

Fonte: CNI

Microempresa

Deputado defende a inclusão de todas as microempresas no Supersimples

O deputado Guilherme Campos (PSD-SP) defendeu que todo tipo de empresa possa entrar no Supersimples. “Tenho um mantra: para se enquadrar na lei de pequena empresa basta ser empresa, independente da atividade”, disse o parlamentar.

Ele foi o autor do requerimento de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para inclusão de novas atividades econômicas no Simples Nacional (ou Supersimples).

Segundo Campos, o Supersimples é a reforma tributária que deu certo, pois permitiu ao micro e pequeno empresário existir na formalidade. “A vida é dinâmica e a lei precisa de atualizações”, disse. O parlamentar criticou a atuação da Receita Federal ao tentar barrar a inclusão de mais profissionais e empresas no regime diferenciado de tributação. “A Receita Federal é um freio de mão em todo o processo”, afirmou Campos. A reação das empresas, de acordo com ele, é a informalidade. Ele lembrou que, ao contrário de previsões da Receita ao criar o Supersimples, houve um aumento na arrecadação de impostos das micro e pequenas empresas já que muitas entraram na legalidade.

Campos leu três e-mails enviados à comissão pelo E-democracia de profissionais cobrando a inclusão de clínicas de fisioterapia, serviços técnicos na segurança veicular e do setor de factoring no Supersimples.

Para a presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Danielle Bastos Moreira, é necessário garantir a isonomia entre os profissionais de serviço. “A discriminação [para incluir no Supersimples] é pela ocupação profissional. A forma atual da lei deve ser modificada”, argumentou. Ela veio ao debate representando a seção do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Política Industrial

Minas e Energia rejeita programa de certificação do etanol

A Comissão de Minas e Energia rejeitou o Projeto de Lei 1299/07, do deputado Márcio França (PSB-SP), que cria o programa de certificação sustentável para o etanol produzido no Brasil. A proposta estabelece critérios mínimos de qualidade, sustentabilidade ambiental e respeito aos direitos trabalhistas.

O relator da proposta, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), recomendou a rejeição do projeto. Segundo ele, o programa não é necessário porque a avaliação de biocombustíveis atualmente já é feita pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). “Em suma, a Lei 12.490/11 supriu a lacuna do ordenamento jurídico que a proposta pretende normatizar”, disse.

Pelo projeto, os critérios para a certificação serão estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com base nas condições de trabalho; gestão ambiental; uso e reúso da água; desmatamento e reflorestamento; técnicas sustentáveis de manejo; condições de transporte; e aspectos físicos e químicos do produto final.

Participação nos royalties: A proposta também prevê um percentual de 5% a título de participação governamental nos royalties sobre a produção do combustível. Pelo texto, o valor será recolhido

pelas usinas, e a receita será dividida entre estados, municípios e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

O relator, no entanto, defendeu que não é possível cobrar royalties por uma produção agrícola, mesmo de combustíveis, uma vez que a Constituição estabelece que royalties são devidos quando é utilizado qualquer bem público, o que não é o caso da produção de etanol.

Tramitação: O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Meio Ambiente

Comissão Mista aprova parecer do relator à MPV 571/2012 – Código Florestal

Comissão Mista da MPV 571/2012 aprovou o parecer do senador Luís Henrique (PMDB/SC) à medida provisória que traz alterações à lei do novo Código Florestal (lei nº 12.651/2012). O relator, que havia lido seu parecer na sessão iniciada ontem, manteve boa parte do texto original, como a exigência de recomposição de 20m de área de preservação permanente nas margens dos cursos d'água em médias propriedades (4 a 10 módulos fiscais), um ponto muito debatido entre os parlamentares. Ele concordou, porém, que não poderá ocupar mais do que 25% da propriedade.

Segundo o relator, o objetivo foi redigir um texto que mereça aprovação dos seus pares, deputados e senadores, mas também que seja sancionável pela Presidência da República.

Durante a discussão do parecer, que se estendeu por todo o dia, os parlamentares membros da comissão apresentaram 343 requerimentos de destaques de votação em separado (DVS). Após um acordo pelo qual os destaques serão analisados individualmente pelo relator, e votados depois do recesso parlamentar, prosseguiu-se com a votação do parecer. O texto base do Projeto de Lei de Conversão (PLV) da medida provisória foi aprovado por 16 votos a favor e quatro obstruções. Ao término da votação, a sessão foi declarada suspensa, com a previsão de ser retomada na semana do dia 7 de agosto para a apreciação e votação dos DVS.

Constam do parecer do relator, e foram aprovadas, 12 alterações de mérito e 20 alterações de caráter redacional (a última delas, apresentada hoje pelo relator). Dentre elas, destacam-se:

- Supressão dos dispositivos que tratavam da possibilidade do município disciplinar os limites das áreas de preservação permanente situadas em zonas urbanas por meio do plano diretor de ordenamento territorial, desde que se observe nas áreas urbanas as mesmas dimensões da regra geral para a área rural;
- Alteração do caput do artigo 1º, com resgate de alguns dos elementos do texto aprovado pelo Congresso que havia sido enviado para sanção e redução de oito para seis princípios a serem atendidos com o objetivo de promoção do desenvolvimento sustentável;
- Alterações, para aprimorar a interpretação, nas definições de veredas, áreas abandonadas e pousio (esse último, limitado a 25% da área produtiva da propriedade ou posse);
- Alterações nos dispositivos que tratam da reserva legal, em particular quanto ao cômputo das áreas de preservação permanente para o cálculo do percentual de reserva legal, dando aos órgãos ambientais estaduais mais autonomia para disciplinar e autorizar outras hipóteses; foi, ainda, incluído dispositivo que assegura que o total de área de preservação

permanente e de reserva legal, somadas, não excederá 80% do imóvel rural na Amazônia Legal e a 50% nas demais regiões do país.

Fonte: CNI

Infraestrutura

Trabalho rejeita inversão das fases de licitação

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público rejeitou proposta que tem como objetivo inverter as fases da licitação para agilizar o processo. A medida está prevista no Projeto de Lei 1/11, do deputado Weliton Prado (PT-MG) e do ex-deputado Maurício Rands, que altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

Pelo texto, primeiro seriam julgadas as propostas e só depois haveria a conferência dos documentos para a habilitação do vencedor. Hoje, a habilitação antecede a análise das propostas.

O relator, deputado Laercio Oliveira (PR-SE), recomendou a rejeição por discordar da proposta de inversão das fases de licitação. Para ele, a habilitação das empresas é a fase mais importante da licitação e, se for deixada por último, vai trazer insegurança jurídica. Ele diz que a medida pode ser injusta com empresas que reúnem os requisitos do edital, em detrimento de outras com documentação falha.

“Não são raros os casos em que empresas despreparadas apresentam preços menores, enquanto aquelas capacitadas aplicam a realidade do mercado. Logo, se aprovarmos a medida, tornaremos o processo licitatório brasileiro menos eficiente, conveniente e oportuno”, analisou.

Tramitação: A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão aprova regras para construção e reforma de postos de gasolina

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou proposta que regulamenta a instalação e reforma de postos de combustíveis. Hoje o tema é tratado em leis municipais. O texto aprovado é o substitutivo do deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO) ao Projeto de Lei 866/11, do deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC).

A proposta trata detalhadamente da construção e de reformas dos postos, estabelecendo distâncias mínimas e regulamentando as medidas de segurança necessárias nos pisos, nos boxes destinados à lavagem e lubrificação de veículos, nos tanques subterrâneos, entre outros.

Distâncias: Uma das novidades do substitutivo diz respeito às distâncias mínimas entre os postos. De acordo com o novo texto, a menor separação entre dois postos revendedores deverá ser de 500 metros, seja dentro ou fora do perímetro urbano. De acordo com a proposta original, nas cidades essa distância deveria ser de pelo menos dois quilômetros. Fora das cidades, de dez quilômetros ou mais.

O novo texto manteve a distância mínima de 500 metros entre os postos e áreas consideradas de risco, como depósitos de explosivos e munhões, hospitais, escolas, creches e asilos. Também foi mantido o afastamento necessário de 200 metros entre os postos e túneis, pontes e viadutos. O

substitutivo estabelece também que os postos não poderão ficar a menos de 500 metros de cursos d'água, lagos, lagoas e reservas ecológicas, o que não estava previsto no projeto original.

Riscos: O relator, Heuler Cruvinel, defendeu a regulamentação nacional dos postos de combustíveis, que hoje somam 40 mil em todo o País. “Os postos de revenda de combustíveis oferecem vários riscos para o meio ambiente e a saúde da população. Mesmo assim, a União tem deixado a cargo dos municípios brasileiros a regulamentação quanto à construção e funcionamento, tanto de postos de revenda e abastecimento de combustíveis quanto de postos de lavagem e lubrificação de veículos”, alertou.

Tramitação: A proposta, que tramita de forma conclusiva, foi aprovada na forma de um substitutivo pela Comissão de Minas e Energia. Ela será analisada ainda pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Energia

Comissão aprova incentivos para uso de energia alternativa em edifícios

A Comissão de Minas e Energia aprovou a proposta que estabelece incentivos para a implantação, em edificações novas ou usadas, de sistemas que utilizem fontes renováveis de energia para a iluminação de ambientes, geração de energia elétrica e aquecimento de água.

Pela proposta, os incentivos serão concedidos pela União e também valerão para a implantação de sistemas para a reutilização de água tratada e para o aproveitamento da água das chuvas.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado George Hilton (PRB-MG), ao Projeto de Lei 5733/09, do Senado. O projeto original torna obrigatório o uso prioritário de energias alternativas, como a energia solar, nos sistemas de aquecimento de águas em edifícios construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Já o substitutivo prevê incentivos, mas não exige prioridade para esse tipo de energia.

Ao justificar a mudança, o relator disse que, nas regiões mais quentes do Brasil, como Norte e Nordeste, não há demanda de grandes quantidades de água aquecida em muitos edifícios, como repartições públicas e mesmo habitações de famílias.

Além disso, para o deputado, não há viabilidade econômica para a instalação obrigatória de sistemas para aquecimento de água que utilizem energia solar em todas as edificações construídas com recursos do SFH.

Hilton defendeu, no entanto, a criação de incentivos para a implantação de sistemas que utilizem fontes renováveis de energia. Segundo ele, se esses sistemas forem implantados em um número significativo de edificações, aumentará a sustentabilidade do uso da água e da produção de energia no País.

Incentivos: De acordo com o texto aprovado, entre os mecanismos de incentivo a serem empregados pela União para financiar a aquisição dos equipamentos e componentes para os sistemas que utilizem fontes renováveis de energia, estarão linhas de créditos especiais, com juros subsidiados, empregando recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da Reserva Global de Reversão (RGR).

Outra possibilidade, conforme o substitutivo, será a concessão, pela União, de incentivos fiscais em tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação, Imposto de Renda e outros tributos federais incidentes sobre os equipamentos e componentes dos sistemas que utilizem fontes renováveis de energia.

O substitutivo estabelece ainda que o consumidor que instalar sistema de energia solar terá abatimento na fatura de energia elétrica.

Tramitação: O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Urbano; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

CNI reduz projeção para PIB de 2012 de 3% para 2,1%

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) reduziu para baixo suas projeções para uma série de indicadores de atividade para 2012. No caso da expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB), a mudança foi de uma taxa de crescimento de 3% para 2,1%. Dessa forma, a CNI projeta que a economia brasileira crescerá menos este ano do que os 2,7% de 2011. Para o PIB industrial, a CNI revisou a projeção de expansão de 2% para 1,6%, patamar idêntico ao observado no ano passado.

Uma das maiores alterações apresentadas nesta quarta-feira por meio do Informe Conjuntural foi a projeção da entidade para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que deve se expandir este ano 2,5%. Na projeção anterior, apresentada em março, a CNI esperava um aumento da FBCF de 5,6%.

No caso do consumo das famílias, a projeção foi reduzida de 4% para 3,5%. A CNI manteve a expectativa de que a taxa de desemprego neste ano ficará em 5,5% da População Economicamente Ativa (PEA).

Selic: A CNI projeta que a Selic encerrará o ano em 7,5%. A perspectiva anterior da entidade era de que a taxa básica de juros da economia chegasse em dezembro em 9% ao ano. Com a nova projeção, a taxa média da Selic ao longo de 2012 deve ser 8,68% - em março, a CNI projetava uma taxa média de 9,39%.

A confederação manteve sua previsão de que o IPCA deve encerrar este ano em 5,00%. Com base nesse novo quadro, a taxa real de juros, já deflacionada pelo IPCA, deve ficar em 3,3% ante a estimativa anterior de 4%.

A CNI revisou também sua previsão para o câmbio. A expectativa é a de que o dólar tenha uma cotação média de R\$ 2,00 em dezembro. Em março, a entidade projetava R\$ 1,80. Com a mudança, a média esperada para o ano pela CNI passou de R\$ 1,80 para R\$ 1,94.

A confederação projetou ainda um novo número para o saldo comercial brasileiro em 2012. No lugar da expectativa de um superávit de US\$ 20,8 bilhões, a entidade espera agora um saldo de US\$ 20,2 bilhões. Se for confirmado, esse resultado ficará bem próximo ao visto em 2010 (US\$ 20,3 bilhões) e abaixo do volume registrado no ano passado (US\$ 29,8 bilhões).

A nova expectativa contempla um volume de exportações de US\$ 263,2 bilhões e de importações de US\$ 243,0 bilhões. Nos dois casos, a entidade diminuiu suas projeções, já que em março previa vendas externas no valor de US\$ 275,4 bilhões e compras internacionais de US\$ 254,6 bilhões.

O saldo em conta corrente continuará deficitário para a CNI, mas em menor quantidade, já que a entidade diminuiu sua projeção para este ano, de US\$ 58 bilhões para US\$ 56 bilhões.

A confederação diminuiu ainda suas estimativas para o resultado das contas públicas em 2012. No caso do superávit primário, a entidade revisou o número de 2,75% do PIB para 2,50% do PIB. Para o déficit público nominal, a projeção antiga de 2,45% do PIB foi substituída pela de 2,40% do PIB. Em relação à dívida líquida, a taxa projetada caiu de 36% para 35,1% do PIB.

Fonte: Gazeta do Povo

Elevação do limite de compensação de prejuízo fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB/PE), favorável ao PLS 410/2009, com emenda. O PLS 410/2009 eleva de 30% para 50% o limite máximo para compensação dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios anteriores com o lucro apurado no exercício corrente para efeitos do IRPJ e da CSLL.

A emenda aprovada na Comissão atualiza o texto, para que os efeitos pretendidos se materializem nos anos de 2012, 2013 e 2014 e não mais no triênio 2010-2012 como previsto no texto original.

A CNI entende que a elevação do limite para compensação dos prejuízos fiscais é uma medida importante para reduzir a carga tributária das empresas. O prejuízo sofrido por uma empresa em um dado ano não desaparece com a abertura de um novo período de apuração. Portanto, o lucro em um exercício que vem cobrir prejuízos anteriores não revela a mesma capacidade contributiva daquele lucro que não tem por trás um histórico de resultados negativos.

Se não for apresentado recurso para apreciação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

Fonte: CNI

Impostos

Projeto isenta bicicletas da incidência de IPI

A Câmara analisa o Projeto de Lei 3965/12, do deputado Felipe Bornier (PSD-RJ), que isenta bicicletas e triciclos sem motor da incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O deputado argumenta que o uso de bicicleta provoca benefícios de várias naturezas, como ambientais, na saúde do usuário e na redução dos níveis de engarrafamentos.

“É dever do Estado adotar políticas públicas que favoreçam a saúde e a ecologia, sendo inegável que o aumento da utilização da bicicleta no transporte urbano, com a redução do uso do automóvel, trará imensos benefícios para a sociedade e para os indivíduos”, destaca Bornier.

“Ao mesmo tempo em que cresce a pressão de diversos segmentos sociais no sentido de que sejam construídas mais ciclovias, é relevante que o governo federal esteja em sintonia com essas aspirações da sociedade brasileira”, acrescenta.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação (inclusive em seu mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relações do Trabalho

Trabalho aprova proibição de terceirização em atividade-fim de órgão público

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o parecer do deputado Roberto Santiago (PSD-SP) ao Projeto de Lei 6762/10, do Senado, que proíbe órgãos públicos de contratar terceirizados para exercer atribuições inerentes ao seu corpo funcional. O parecer proíbe a contratação de terceirizados para atividades-fim mesmo nos casos em que não há exigência de licitação.

Segundo o relator, a redação do projeto original só proíbe a contratação de terceirizado nos casos em que a licitação é obrigatória. Ficariam de fora as situações em que a Lei de Licitações (8.666/93) autoriza a dispensa do processo licitatório, como nos serviços de engenharia até R\$ 15 mil, ou na restauração de obras de arte e objetos históricos.

“Mesmo nesses casos a terceirização seria contraproducente se os serviços corresponderem a atribuições de cargo ou emprego permanente do próprio órgão”, afirmou o relator.

O substitutivo aprovado manteve, porém, os dispositivos do texto original que autorizam a contratação de terceirizados para atividades de conservação, limpeza, segurança, transportes, informática, recepção e outras. Também permite a terceirização em empresas estatais voltadas para pesquisas, inovação tecnológica e serviços de tecnologia da informação, mas desde que não existam profissionais nos órgãos para exercer essas atividades.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será examinado agora nas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto regulamenta comissão de fábrica e cria alternativa à CLT

Um anteprojeto de lei que amplia a autonomia de empresas e sindicatos nas negociações de cada categoria está nas mãos da Casa Civil e pode ser encaminhado ao Congresso neste mês. Trata-se de uma alternativa à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Elaborado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (ACE) regulamenta a criação de Comitês Sindicais de Empresa (CSE) - versão moderna das comissões de fábrica - dentro dos locais de trabalho, o que tende a diminuir o número de processos encaminhados anualmente à Justiça do Trabalho. A adesão à nova legislação seria facultativa.

O projeto garante segurança jurídica para que esses comitês negociem diretamente com a diretoria das empresas desde problemas no dia a dia até benefícios e direitos, como licença-maternidade.

O setor empresarial faz coro ao projeto, que facilita a resolução de questões internas nas empresas. A ideia é muito boa, porque prevê uma valorização da negociação entre as duas partes. Quando a negociação está amadurecida, é preciso dar oportunidade de fazê-la diferentemente de como a lei [a CLT, de 1943] estabelece. E outra, não é obrigatório, diz José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP) e consultor em relações do trabalho.

Reconhecemos a legitimidade da representação interna e como isso equilibra as necessidades dos negócios e as demandas dos trabalhadores, afirma Nilton Junior, diretor de recursos humanos da Volkswagen no Brasil.

O que o projeto estabelece é um entendimento especial nos moldes do acordo coletivo firmado entre a montadora de caminhões Scania e os metalúrgicos do ABC que, com a forte queda da

produção neste ano, evitou as demissões na fábrica. O banco de horas adotado na Scania não é reconhecido por lei, não tem segurança jurídica, mas foi o que criou condições para frear a produção sem que houvesse demissões.

Em setembro do ano passado, o sindicato levou o anteprojeto ao secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e ao presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS). O primeiro rascunho do ACE havia sido entregue ao ex-presidente Lula em 2009. Finalizado, o texto prevê que os acordos especiais só poderão ser firmados diretamente entre empresas e sindicatos, se o sindicato comprovar que tem representação na empresa. Essa representação seria escolhida por meio do voto, assim como nas comissões de fábrica que existem no ABC desde 1981.

As exigências previstas vão além. O Ministério do Trabalho deverá certificar os sindicatos que têm representatividade e, portanto, não estariam sujeitos a pressões empresariais. Somente esses estariam aptos a formalizar um acordo específico. O número de trabalhadores sindicalizados na empresa deve superar 50% do total de empregados - a média nacional é de 18%, o que reduz significativamente o número de sindicatos e empresas aptos a assinar um acordo especial. Da parte patronal, a empresa deverá comprovar que reconhece o comitê sindical como o órgão com quem negocia as demandas dos trabalhadores e que não tem pendências judiciais por intervir no direito sindical.

O acordo especial conta com o apoio do Ministério do Trabalho. Temos que incentivar os processos que facilitem os acordos coletivos e a representação dos trabalhadores. Os sindicatos que realizam esses acordos são representativos de suas categorias. A aprovação do anteprojeto não depende só do Congresso, depende de negociações, diz o ministro Brizola Neto.

Hoje, as empresas são obrigadas a dar uma hora de almoço aos seus funcionários. Na fábrica da Mercedes-Benz, no ABC, funcionários e diretores avaliaram que 45 minutos seriam suficientes - e, com isso, todos poderiam terminar o expediente 15 minutos mais cedo. Porém, essa modificação é proibida por lei e a empresa que fizer tal acordo está sujeita à multa, ainda que o sindicato da categoria o ratifique. Com a instituição dos comitês sindicais, caberia às duas partes fazer um acordo específico para aquela empresa, dentro da qual estaria instalado um braço sindical.

Fonte: Blog RT

Para a CNI, desaceleração já afeta índice de emprego

Novos dados sobre a indústria brasileira mostram que o setor deve ter fechado o segundo trimestre com indicadores de produção e emprego abaixo dos verificados nos três primeiros meses do ano. O uso da capacidade do setor caiu pelo quarto mês consecutivo em maio e chegou ao menor nível desde setembro de 2009 (80,7%), de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Além de produzir abaixo da capacidade, a indústria registrou queda no nível de emprego e nas horas trabalhadas, em relação ao mesmo período de 2011, pelo segundo mês seguido. O indicador de horas é o que mostra maior queda, pois muitos empresários optam por férias coletivas e turnos menores para não demitir, diz a CNI.

Entre os indicadores industriais divulgados pela confederação, apenas o faturamento mostra recuperação em relação ao ano passado. Isso ocorre porque os incentivos ao consumo contribuíram para elevar as vendas. A produção, no entanto, não reage, pois os estoques continuam elevados.

Um exemplo desse movimento se dá no setor automotivo, que vende mais por conta do imposto menor, mas registra queda na produção. Em relação a abril, todos os indicadores recuaram, exceto o emprego, que ficou estável.

Os dados confirmamos números do IBGE divulgados nesta semana, que também mostraram cenário de maior retração da indústria. Na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff afirmou que vai "virar esse jogo", mas muitos economistas esperam resultado fraco para o setor, apesar dos incentivos do governo.

"As dificuldades são mais profundas", disse o gerente executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco. "O que pode virar é uma mudança de expectativa, com retorno do investimento. Isso pode acontecer se os estoques se normalizarem ou quando as condições se tornarem mais atrativas, com redução do custo do investimento", afirmou o economista.

A confederação já vê um semestre perdido, com base nos dados até maio, e disse que vai rever para baixo a previsão de crescimento do setor neste ano feita em março, que era de 2%.

Segundo Castelo Branco, os números do segundo trimestre estão frustrando as expectativas do setor, que esperava melhora na crise externa e reação por conta das medidas do governo.

Fonte: Blog RT

Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social aprova extinção da cobrança do adicional de 10% do FGTS

No dia 10/06, a Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social destinada a discutir propostas que interessam à classe trabalhadora e aos empresários, aprovou a extinção da cobrança do adicional de 10% do FGTS incidente sobre os depósitos devidos pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa. Os relatores da proposta na Câmara Negocial, deputados Arolde de Oliveira (PSB/RJ) e Roberto Santiago (PSB/SP), respectivamente representantes do setor produtivo e dos trabalhadores, apresentaram parecer concluindo pela necessidade de aprovação do PLC 378/06 e do PLP 46/11, na forma do substitutivo da Comissão do Trabalho (CTASP), que estabelece que contribuição será extinta na data da publicação da lei.

Já é cediço que a CNI tem posição favorável aos projetos eis que o fim da contribuição de 10% medida de justiça fiscal favorável à geração de empregos e renda em nosso País, permitindo que os empregadores antevejam uma redução dos encargos sociais e trabalhistas.

No mês de fevereiro do corrente ano, por intermédio do relatório de avaliação de receitas e despesas, o governo comunicou ao Congresso que não iria transferir para a CEF neste ano, uma receita de R\$ 2,96 bilhões relativa à contribuição adicional de 10%. Pela legislação em vigor, depois de repassados à CEF, esses recursos devem ser incorporados ao FGTS.

O fato de não transferir para a CEF R\$ 2,96 bilhões, denota a confirmação, pelo governo, de que o FGTS já não é mais deficitário. O cômputo desses valores para formação do superávit primário demonstra a intenção de conferir definitividade a uma contribuição provisória. Não há mais razão para a continuidade do adicional de 10% sobre a multa rescisória do FGTS. Sua extinção reduz o custo do trabalho, aumenta a competitividade das empresas e estimula a geração de empregos formais.

Agora, os projetos serão encaminhados para o presidente da Câmara dos Deputados com a sugestão de aprovação das propostas, na forma do texto adotado na Câmara Negocial.

Fonte: CNI

Senado não vota extinção da contribuição adicional de 10% ao FGTS

Por circunstância regimental, o PLS-C 198 de 2007, que trata da extinção da contribuição adicional de 10% ao FGTS, não foi votado no Plenário do Senado.

Duas Medidas Provisórias oriundas da Câmara dos Deputados e lidas no início da Ordem do Dia, obstruíram a pauta do Senado. O Senador Romero Jucá está colhendo assinaturas dos Senhores Líderes, em requerimento de urgência, que oderá ser apreciado amanhã, mas a votação do projeto ficará para após o recesso parlamentar no início de agosto.

Extinção da contribuição adicional de 10% ao FGTS tem urgência aprovada no Senado: O Plenário do Senado aprovou requerimento de urgência para a apreciação do PLS-C 198 de 2007. O projeto de autoria do senador Renato Casagrande (PSB/ES), pretende a extinção da contribuição adicional de 10% incidente sobre os depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa.

A posição da CNI é convergente ao projeto, que prevê a extinção da contribuição em 1º de junho de 2013. O fim da contribuição é medida de justiça fiscal.

A CNI, juntamente com as Federações de Indústria, vem lutando, há muito, pela extinção de tal contribuição.

A Assessoria Legislativa COAL/CNI manteve vários encontros com o Senador Romero Jucá (PMDB/RR), relator da matéria, resultando na formulação do requerimento, hoje aprovado.

O projeto encontra-se em Plenário e possivelmente será votado entre os dias 7 e 8 de agosto.

Fonte: CNI

Política Social

Comissão aprova proposta de meia-entrada para 40% do total de ingressos

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a proposta que altera as regras da meia-entrada para estudantes e idosos em eventos esportivos e culturais. O texto aprovado determina que a concessão da meia-entrada ficará limitada a 40% do total de ingressos disponíveis para cada evento, como previa o texto original (PL 4571/08) do Senado.

O relator na comissão, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), decidiu apresentar um substitutivo para aperfeiçoar o PL e rejeitar as emendas aprovadas anteriormente na Comissão de Defesa do Consumidor, entre elas a que retira a limitação do número de ingressos de meia-entrada a serem disponibilizados para esses públicos. “Entendemos que a proposta de limitar em 40% o total de ingressos disponíveis não restringe o acesso ao benefício, dado que, da totalidade dos brasileiros, 29,8% são estudantes, de todas as faixas etárias, e 10% idosos”, disse Barbosa, citando indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o relator, a definição desse percentual proporcionará ao setor de entretenimento a capacidade de planejar adequadamente cada projeto, estabelecendo preços que busquem equilibrar custo do evento e o custo do ingresso.

Pelo texto aprovado, o benefício será concedido mediante a apresentação, pelo estudante, da Carteira de Identificação Estudantil, que terá um modelo único em todo o País e será confeccionada pela Casa da Moeda para evitar fraudes.

O substitutivo aprovado também determina que as entidades estudantis autorizadas a expedir a Carteira de Identificação Estudantil disponibilizem banco de dados contendo a identificação dos beneficiários da Carteira, além de exigir que essas entidades mantenham o documento que comprove o vínculo do estudante com a instituição de ensino pelo prazo de validade da Carteira Estudantil.

Exclusividade na emissão de carteiras: A proposta também revoga a Medida Provisória 2208/01, que retirou a exclusividade de as entidades estudantis emitirem a carteira. Segundo o relator, ao ampliar a expedição do documento aos estabelecimentos de ensino ou agremiação estudantil, a MP permitiu a emissão de carteiras de forma descontrolada e sem critérios definidos, “levando a um aumento desproporcional do número de beneficiários e alterando a relação comercial entre empresários e o público consumidor”.

As novas carteiras poderão ser expedidas por entidades de representação estudantil legalmente constituídas, tais como a Associação Nacional de Pós-Graduandos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), os diretórios centrais de estudantes das instituições de ensino superior e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

O texto exige ainda que as produtoras dos eventos tornem público o número total de ingressos colocados à venda e o correspondente número destinado aos usuários da meia-entrada, e avisem de forma visível o esgotamento dos ingressos para esses usuários, quando for o caso.

Tramitação: A proposta ainda será analisada conclusivamente pelas comissões de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Política Industrial

Leonardo Paranhos explica tramitação da PEC do Fumo

“O Brasil gastou no ano passado R\$ 21 bilhões de reais só para tratar doenças provocadas pelo fumo”. O número tem sido usado pelo deputado Leonardo Paranhos (PSC) para defender a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a proibição do tabagismo em logradouros públicos, como praças, parques e ruas. Embora os malefícios provocados pelo cigarro à saúde das pessoas estejam cientificamente provados, Paranhos ressalta que a sua proposta prevê uma consulta popular, através de um referendo, que seria realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) junto com uma das eleições futuras. “É a população do Paraná que, livre e democraticamente, através do referendo, dirá se quer ou não a proibição do fumo em lugares abertos e públicos”, enfatiza.

A “PEC do Fumo”, como está sendo chamada, propõe uma alteração na Constituição do Estado, que no artigo 167-A, passaria a ter a seguinte redação: “É proibida a prática do tabagismo ou o uso de substância fumígena em logradouros públicos estaduais e municipais, compreendendo inclusive parques e praças de domínio público ou qualquer outro espaço, fechado ou aberto, de livre acesso ou trânsito”.

Já publicada pela Assembleia Legislativa no dia 29 de junho, a proposta aguardará agora a formação de uma Comissão Especial, formada por cinco membros, que terá a atribuição de emitir um parecer sobre aspectos legais e constitucionais – a formação dessa comissão respeitará a representação proporcional dos partidos na Casa.

A estimativa do deputado Paranhos é de que a proposta tramite em Plenário após o recesso de julho. “Acreditamos que num prazo de 60 dias após o recesso a proposta estará pronta para ser votada em Plenário”.

Fonte: ALEP

Meio Ambiente

Projetos que tratam do meio ambiente seguem para sanção governamental

Entre as matérias que passaram pelo Plenário estava a proposição de nº 194 (Mensagem nº 24/12), de autoria do Poder Executivo, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), e a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental.

Como essa proposição não recebeu emendas no curso de votações segue agora para sanção (ou veto) do Governo. Será igualmente enviado para sanção governamental o projeto de lei nº 370/11, do deputado Rasca Rodrigues (PV), dispendo sobre ação preventiva na área de saneamento básico com a redução do valor máximo permissível (VMP) para trialometas (TAM) e ácidos haloacéticos (HAA), componentes químicos encontrados na água tratada com cloro e que podem trazer riscos para a saúde da população, aprovado nesta sessão em redação final.

Conforme o autor, ao propor a redução dos percentuais desses elementos presentes na água consumida está sendo reduzido ainda mais o risco do cidadão contrair câncer em consequência da liberação de trialometas e ácidos haloacéticos, o que pode ocorrer a partir do processo de cloração. Ele cita pesquisas realizadas em vários países que têm revelado que esses compostos são cancerígenos para animais, podendo representar risco também para a saúde da população.

Assim, no seu artigo 1º o projeto determina que “Ficam fixados no Estado do Paraná, o valor máximo permissível (VMP) para ácidos haloacéticos (HAA) em 60 µg/L (60 micro gramas por litro) e 80 µg/L (80 micro gramas por litro) para trialometas (TAM) para todos os serviços de saneamento básico”. A legislação brasileira atual prevê como VMP para trialometas totais em 100 µg/L, e não existe regulamentação para ácidos haloacéticos.

Fonte: ALEP

Gestão de Resíduos Sólidos

Incineração de resíduos sólidos no Paraná poderá ser proibida por lei

Um projeto de lei dispendo sobre a proibição da utilização de tecnologia de incineração para a destinação final de resíduos sólidos oriundos do sistema de coleta pública e limpeza urbana nos municípios paranaenses começou a tramitar na Assembleia Legislativa. A iniciativa é dos deputados Luiz Eduardo Cheida (PMDB) e Luciana Rafagnin (PT). A proposta pretende estimular o aproveitamento dos materiais de pós-consumo reinserindo-os na cadeia produtiva, após a devida separação, tratamento e até reutilização. Com isso, a queima de resíduos deixaria de acontecer, evitando ainda a emissão de poluentes.

Segundo os autores do projeto, sendo o Brasil um país tropical, os resíduos urbanos gerados contêm uma quantidade significativa de umidade, entre 50 e 62%, contidos na matéria orgânica. Para o aproveitamento energético dessa matéria orgânica, como fonte calorífica, a mesma teria que sofrer

um processo de desumidificação, sendo necessária uma porcentagem significativa de energia. “O argumento de que a queima dos resíduos urbanos pode ser usada para recuperar energia só serve para uma boa promoção de vendas, mas a realidade é que se economizar energia é a meta, então mais energia pode ser recuperada pela sociedade como um todo, pela reutilização e reciclagem de objetos e materiais, do que poderia ser recuperada pela sua queima”, justificam os parlamentares no texto da proposta.

A fiscalização do cumprimento das obrigações legais, bem como a aplicação de sanções, caso o projeto seja aprovado, será realizada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O projeto passa pelas comissões técnicas e temáticas da Casa para, em seguida, ser apreciado em Plenário pelos deputados.

Fonte: ALEP

Infraestrutura

Obras emergenciais e resgate do planejamento são prioridades para os portos paranaenses

Os planos de investimentos e de melhorias na operação dos portos paranaenses foram apresentados a representantes das principais entidades empresariais do Estado, durante reunião do Fórum Futuro 10 Paraná realizada na Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). O superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Dividino, que assumiu o comando da autarquia em março, afirmou que sua gestão tem como objetivo traçar um planejamento de longo prazo e está aberta a contribuições do setor produtivo.

“Existe uma preocupação latente nos últimos anos em relação ao Porto de Paranaguá”, afirmou o presidente da FIEP, Edson Campagnolo. “É um porto estratégico para o desenvolvimento do Paraná e que, de certa forma, estava prejudicando a economia do Estado, tanto nas exportações quanto nas importações. O superintendente da Appa, com muita propriedade, nos trouxe o que está acontecendo, aquilo que já foi feito e o que ainda está por fazer”, acrescentou.

Em sua apresentação, Dividino afirmou que sua gestão à frente da Appa tem o objetivo de resgatar o planejamento de longo prazo dos portos paranaenses. “Estamos lutando para trazer de volta algo que tinha sido deixado de lado nos últimos anos, que é o planejamento. Para se ter uma ideia, estamos sem um Plano de Zoneamento desde 2002, e o que foi aprovado naquela época não foi devidamente cumprido”, disse o superintendente.

Além disso, Dividino apontou uma série de obras de modernização e ampliação necessárias para garantir a plena operação dos portos no futuro. Segundo estudos da Appa, todas as obras demandariam um investimento total de R\$ 2,8 bilhões, sendo que aproximadamente metade seria de recursos federais. Sabendo das dificuldades para obtenção de toda essa verba, o superintendente afirma que é preciso adotar “soluções pragmáticas”, especialmente para resolver problemas emergenciais que afetam a operação dos portos.

Um deles é a questão da dragagem do Canal da Galheta, que dá acesso aos terminais. Para esta quarta-feira (11), está prevista a chegada de uma draga que iniciará os trabalhos, com o objetivo de possibilitar a profundidade prevista no projeto geométrico do canal. “Vamos restabelecer essa condição nos próximos oito meses e teremos um novo cenário na parte de navegação”, disse.

O superintendente anunciou também que deverá ser aberto em agosto um processo de licitação, no valor de R\$ 76 milhões, para a remodelação e aumento da capacidade do Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá. “Isso significa que, após a conclusão das obras, vamos ter um aumento de 33%

na capacidade operacional do corredor, oferecendo performance e melhor nível de serviço aos clientes”, afirmou.

Luiz Henrique Dividino declarou ainda que, ao se planejar qualquer intervenção nos portos paranaenses, é preciso levar em conta o aspecto ambiental. “A nossa baía é um grande ativo, não só pelas movimentações de navios, mas pela parte ambiental, de turismo e lazer. Nós devemos usar todo o aparato da baía, mas de uma forma adequada e em harmonia com o meio ambiente”, explicou.

Nesse sentido, uma das intervenções em análise é a construção de um terminal de passageiros em Paranaguá. “Pela primeira vez estamos fazendo estudos consistentes, não simplesmente um que contemple a atracação de navios”, disse Dividino. “Estudo consistente é um projeto de engenharia, uma avaliação econômico-financeira adequada e ambiental. Gostaríamos de ter isso muito antes do que será possível, mas sem dúvida desta vez está na pauta do governo do Estado”.

Cooperação: Durante a reunião do Fórum Futuro 10, o superintendente da Appa deixou claro que pretende levar em consideração a opinião das entidades empresariais e usuários dos terminais no planejamento das melhorias necessárias nos portos do Estado. “É fundamental que quem gera riqueza e utiliza o porto esteja ao nosso lado”, afirmou Dividino.

O presidente da FIEP, Edson Campagnolo, colocou a entidade à disposição da Appa para contribuir com o que estiver ao seu alcance. “A FIEP e as demais integrantes do setor produtivo do Paraná fazem coro e estão solidárias à administração dos portos. Naquilo que for preciso a intervenção institucional de nossas entidades, estamos dispostos a compartilhar”, declarou.

Segundo Campagnolo, uma das formas de contribuir é com a articulação junto a órgãos federais em busca dos recursos necessários para as obras do porto. “As entidades do setor produtivo estarão juntas, articulando com o Ministério dos Transportes, a Secretaria dos Portos e nossos representantes no Poder Legislativo em Brasília para que consigamos trazer esses recursos o quanto antes, para que o Porto de Paranaguá seja resgatado e fique no patamar que deve ser colocado”, concluiu.

Fonte: FIEP

Tributos

Corrupção é tema da nova fase do movimento A Sombra do Imposto

O movimento A Sombra do Imposto, articulado pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) e apoiado por 40 entidades representativas, entrou oficialmente em sua terceira fase. Durante reunião do Conselho Temático de Assuntos Tributários da FIEP, foi apresentada a nova cartilha da campanha, que tem como tema a corrupção e seus efeitos sobre a carga tributária brasileira. O encontro teve ainda a presença do senador Armando Monteiro (PTB/PE), que recebeu um documento com contribuições do Conselho para o projeto de lei que cria o Código Nacional de Defesa do Contribuinte, do qual é relator no Senado Federal.

“Depois das duas primeiras etapas do movimento, em que mostramos que os impostos estão presentes em tudo o que consumimos e que todos temos o direito de cobrar a correta aplicação do dinheiro dos tributos, sentimos a necessidade de abordar a questão da corrupção”, explicou o presidente da Fiep, Edson Campagnolo. “O desvio de recursos é um movimento silencioso que está presente em todas as esferas do poder público, seja federal,

estadual ou municipal. Combater esse mal é necessário para melhorar a qualidade dos gastos públicos brasileiros e, conseqüentemente, reduzir a carga tributária”, acrescentou.

Campagnolo citou alguns dados inclusos na nova cartilha que mostram, ao menos em parte, o impacto da corrupção na gestão pública brasileira. Um deles indica, por exemplo, que apenas os desvios de recursos federais efetivamente identificados por órgãos governamentais de controle totalizaram R\$ 6 bilhões ao ano na última década. “Isso se refere apenas a desvios que foram comprovados, e somente de recursos federais. Existem estudos que falam em mais de R\$ 60 bilhões consumidos pela corrupção a cada ano no Brasil”, disse.

Outra informação alarmante é que, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foram detectados indícios de corrupção na administração de 73% dos 5.560 municípios brasileiros. “Esse dado é muito preocupante e serve de alerta para todos os cidadãos. Estamos em um ano eleitoral e inclusive já foi dada a largada para a campanha para escolhermos nossos prefeitos e vereadores. Mesmo com a lei da Ficha Limpa valendo pela primeira vez, ainda existem brechas e é preciso que o eleitor fique atento na escolha de seu candidato, evitando aqueles que continuam fazendo estragos com o dinheiro público”, aconselhou.

Com tiragem inicial de 300 mil exemplares, a nova cartilha da Sombra do Imposto será distribuída em todo o Paraná. A publicação também está disponível a no site do movimento: www.sombradoimposto.org.br. Desde o início da campanha, em outubro de 2010, já foram distribuídos 1,8 milhões das duas primeiras edições da cartilha.

A reunião do Conselho de Assuntos Tributários da Fiep teve como convidado especial o senador Armando Monteiro, que presidiu a Confederação Nacional da Indústria (CNI) por dois mandatos, entre 2002 e 2010. Monteiro elogiou a iniciativa do movimento A Sombra do Imposto. “É fundamental que possamos transmitir ao conjunto da sociedade essa preocupação que temos em relação à carga tributária, que penaliza a todos, mas que muitas vezes o cidadão não tem a compreensão de quanto paga em impostos”, afirmou o senador. “A corrupção no Brasil realmente é sistêmica e não há outra forma de combatê-la sem uma maior participação e controle social”, acrescentou.

Código do Contribuinte: Durante o encontro, Monteiro recebeu dos integrantes do Conselho um documento com contribuições para o projeto de lei que cria o Código Nacional de Defesa do Contribuinte. As sugestões foram elaboradas por um grupo de trabalho composto por advogados especializados em questões tributárias.

De autoria da senadora Kátia Abreu (DEM/TO), o projeto de lei tem a intenção de regulamentar e tornar mais equilibrada a relação entre fisco e contribuintes. “Estou empenhado em construir um substitutivo ao projeto. Portanto, é necessário incorporar contribuições a ele e foi para isso que vim ao Paraná”, afirmou Monteiro.

Segundo ele, a aprovação da proposta no Congresso Nacional terá mais chances de se concretizar se for alcançado um texto equilibrado, que agrade tanto os contribuintes quanto o fisco. “Reconheço que o projeto deve ter um viés pró-contribuinte, mas é preciso também atender os deveres atribuídos a ele, negociando com o governo e a Receita Federal”, justificou.

Para o advogado Leonardo de Paola, presidente da comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB/PR), a aprovação do Código é importante justamente para tornar mais claros os direitos e deveres tanto do contribuinte quanto do fisco. “O fisco muitas vezes trata o cidadão não como um contribuinte, mas como um súdito”, disse o tributarista, que coordenou o grupo de trabalho do Conselho. “Existe um aumento crescente da carga tributária e dos instrumentos de coerção do contribuinte. As obrigações do contribuinte já estão previstas na legislação ordinária, em resoluções, portarias e interpretações que se multiplicam a cada dia. É justo agora pensarmos nos seus direitos”, declarou.

Segundo o senador Armando Monteiro, as contribuições do Conselho de Assuntos Tributários da FIEP serão levadas em conta na redação do substitutivo ao projeto. As propostas sugerem regras, por exemplo, para que o contribuinte tenha mecanismos eficientes para apresentação de defesa perante os órgãos fiscalizadores. Também criam limites para a aplicação de multas, juros e demais encargos sobre o valor de tributos não pagos. Determinam, ainda, mais transparência na tributação, para que o consumidor tenha exata noção de quanto está pagando em impostos a cada compra.

“Os pontos destacados pelo Conselho são absolutamente convergentes com o que pensamos e com o que deve ser o foco principal desse código”, afirmou Monteiro. O projeto de lei tramita atualmente pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Monteiro acredita que a proposta será votada na comissão ainda este ano. Depois disso, ainda terá que ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos antes de ir a votação em plenário, o que deve ocorrer apenas em 2013.

Fonte: FIEP

Impostos

Deputados aprovam redução do ICMS do combustível para aviação

O projeto de lei nº 338/12, de autoria do Poder Executivo, que reduz a base de cálculo do ICMS incidente nas operações internas com querosene, combustível para aviação, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7%, foi aprovado pelos deputados. Para garantir o amplo debate dos temas em pauta, além da sessão ordinária foram realizadas mais duas sessões extraordinárias.

Além disso, alguns projetos também foram submetidos ao regime de Comissão Geral de Plenário, instrumento legislativo que agiliza as votações em Plenário. Na sessão ordinária – a 62ª deste ano – foi apreciada uma pauta integrada por 16 projetos de lei, três indicações parlamentares e um veto. Já na primeira sessão extraordinária – a 16ª desta Legislatura – os parlamentares votaram uma pauta integrada por 11 projetos de lei; e na segunda sessão extraordinária votaram duas matérias no turno de redação final.

Entre as matérias aprovadas está a proposição de nº 303/12, do deputado Valdir Rossoni (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa, dispendo sobre o tratamento tributário relativo ao ICMS devido pelos estabelecimentos industriais nas operações com produtos em cuja fabricação seja utilizado material reciclado.

Veto: Por 32 votos favoráveis, cinco contrários e uma abstenção foi mantido o veto parcial nº 025/12, aposto ao projeto de nº 039/11, de autoria dos deputados Ney Leprevost (PSD) e Pedro Lupion (DEM), que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. A proposta envolve o conjunto de atividades exercidas pelo poder público e privado que venha a beneficiar direta e indiretamente o setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, desde que reconhecido seu interesse público. O Executivo vetou o inciso X do art. 2º, bem como os artigos 3º, 5º, 6º e 7º, do projeto, por considerá-las “partes inconstitucionais”.

Fonte: ALEP

Questões Institucionais

Candidatos a prefeito visitam presidente da Fiep

O presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Edson Campagnolo, recebeu, em seu gabinete, em Curitiba, dois candidatos a prefeito de importantes cidades do Paraná. O ex-prefeito e candidato à prefeitura de Curitiba, Rafael Greca, entregou ao dirigente Campagnolo seu plano de governo e falou sobre algumas medidas que pretende adotar em benefício do setor produtivo, caso seja eleito. Outro candidato recebido foi o ex-prefeito de Londrina e deputado estadual, Luiz Eduardo Cheida, que concorre outra vez à prefeitura de Londrina. Na ocasião, o presidente da FIEP colocou à disposição o programa Londrina 2030, desenvolvido pelos Observatórios SESI, SENAI, que traça um plano de futuro para a cidade no horizonte dos próximos 20 anos. Outros candidatos a prefeito e a vereador já marcaram agenda e serão recebidos na Fiep, durante a campanha eleitoral.

Fonte: FIEP

Richa sanciona Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013

O governador Beto Richa sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado para o exercício financeiro de 2013. A receita estimada é de R\$ 32.259.181.394,00. Desse total, R\$ 29.917.350.000,00 representam a integralidade da receita estadual e os R\$ 2.341.831.394,00 restantes correspondem às transferências constitucionais da União.

Dos valores da receita prevista para o Estado, R\$ 5.898.059.000,00 estão incluídos entre as transferências constitucionais aos municípios. Dessa forma, o valor líquido da receita do tesouro do Estado deverá ficar em R\$ 24.019.291.000,00.

É esse valor que servirá de parâmetro para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), em que, por determinação do governador, a prioridade deve ser conferida às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além disso, a orientação do governo é de que fique evidenciada a transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo total acesso da sociedade às informações.

Por determinações constitucionais e legais, o orçamento do Estado tem 86% das receitas vinculadas. Entre elas estão os 30% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino público e os 12% obrigatórios para pagamento e serviços de saúde.

O Executivo também destina recursos a outros Poderes: 5% ao Legislativo, 9,5% ao Judiciário e 4% ao Ministério Público. Do percentual destinado ao Legislativo, 1,9% caberá ao Tribunal de Contas. “Não

há muita margem de manobra”, salientou o secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Cassio Taniguchi.

O secretário destacou que, para garantir novos investimentos, o Estado recorre a recursos externos, respeitando a capacidade de endividamento. Por isso, considerou fundamental a linha de crédito anunciada pelo governo federal, colocando R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à disposição dos Estados. “Tradicionalmente, o Paraná representa 6% do PIB nacional e sua população é 5,5% da nacional. Temos direito a, no mínimo, 6% desse valor, mas isso vai depender da capacidade de produzir projetos”, afirmou.

O projeto sancionado pelo governador é composto por 11 capítulos em que constam, entre outras informações, as prioridades da administração pública, os critérios para a distribuição dos recursos, a estrutura e organização dos orçamentos, as diretrizes para sua elaboração e execução, além de disposições sobre despesas.

A LDO tem como parâmetro 26 programas prioritários estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 a 2015 e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

A Constituição do Estado do Paraná determina que na LOA, a ser enviada ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro, seja estabelecido o Programa de Obras por unidade orçamentária, projeto ou atividade, de forma detalhada e individualizada, com os respectivos custos.

As metas a serem estabelecidas na Lei Orçamentária Anual servirão também para um acompanhamento do cumprimento do Plano Plurianual.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Rossoni afirma que primeiro semestre na Assembleia foi positivo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou estar satisfeito com os trabalhos parlamentares durante o primeiro semestre de 2012. No último dia de sessões, quando apenas as atividades de Plenário se encerraram, conforme o Regimento Interno, retornando assim no dia 1º de agosto, ele destacou o bom andamento dentro do prazo das votações de projetos, requerimentos e indicações legislativas, zerando, portanto, as demandas da Casa.

Sobre as intervenções administrativas, Rossoni destacou ainda que as metas de gestão estão sendo alcançadas. “A Casa está normalizada, funcionando dentro do que nós esperávamos. Conseguimos avançar nas mudanças, nas reformas, na informatização. Vamos concluir o período com êxito, e ainda sem deixar nenhum projeto pendente de apreciação pelo Plenário”.

Segundo semestre: Para o retorno das sessões plenárias, no segundo semestre, o chefe do Poder Legislativo afirmou que espera contar com o apoio dos parlamentares, reconhecendo a compreensão dos deputados para com a nova maneira de administrar a Assembleia. Para Rossoni, é certo que somente assim foi possível fazer as mudanças.

“Espero que continuemos com o apoio dos deputados, porque estas mudanças feitas na Casa têm que ser permanentes. Temos que ser vigilantes, porque você não faz mudanças profundas numa estrutura em apenas alguns meses”.

Fonte: ALEP